

PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

Telmo Marcon¹

A V semana do conhecimento na Universidade de Passo Fundo tem como tema: “Construindo conhecimentos para a redução das desigualdades”. A temática, conforme consta na página do evento “teve como inspiração o tema da 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e tem como objetivo sensibilizar para reflexão sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, especificamente o objetivo 10 – “Reduzir a desigualdade dentro dos países”². Essa discussão aproxima-se de ações que vem sendo desenvolvidas na UPF, tais como a Política de Responsabilidade Social Universitária, o Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos Pacto”. Além dessa justificativa, destacam-se outras razões contidas enunciados nos documentos da própria UPF como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Esse conjunto de razões integra-se aos objetivos de socializar resultados de pesquisas e de extensão em desenvolvimento na instituição.

Procurando contribuir com o tema proposto que é a superação das desigualdades trago para a reflexão alguns dados sobre a desigualdade socioeconômica. As políticas educacionais de um modo geral reforçam o enunciado no tema do evento que é a superação das desigualdades. Nesse sentido, as instituições educativas têm compromisso de pautar essas questões e apontar perspectiva de vida cidadã para todos. As instituições educativas, desde a educação infantil até a educação superior, constituem-se na sociedade atual espaços possíveis de reflexão crítica em relação às profundas contradições que se reproduzem na sociedade brasileira e mundial. Dados recentes apontam para a concentração de riqueza no mundo e essa desigualdade traduz-se em miséria, fome, analfabetismo. O desafio da reflexão não é exclusividade das humanidades, como por vezes se fala. Todas as áreas do conhecimento precisam pautar a questão da contribuição que podem dar para qualificar a vida em comum na sociedade e a superação das desigualdades.

Essas reflexões resultam de um trabalho de pesquisa que vem sendo realizado e tem por objetivo contextualizar e compreender os limites das políticas educacionais em

¹ Doutor em História Social pela PUC/SP. Pós-doutorado em Educação intercultural pela UFSC. Professor e pesquisador na Faculdade de Educação e no PPGEDU (mestrado e doutorado).

² Informações disponíveis no site: <<http://semanadoconhecimento.upf.br/>>. Acesso em 10.08.2019.

termos de eficácia frente às desigualdades sociais e econômicas brasileiras. Há uma contradição fundamental entre as políticas educacionais que avançaram numa perspectiva crítico-emancipadoras, pelo menos desde a Constituição de 1998, em contraposição às contradições sociais e econômicas que são históricas no Brasil, mesmo que entre 2003 e 2015 os dados acenem para alguma redução. São desigualdades que interferem profundamente na implantação e nos resultados das políticas educacionais. Essas desigualdades reproduzem-se no âmbito da educação escolar em termos de salários dos professores, condições de infraestrutura, precariedade de material didático, do sentido de estar na própria escola e de estudar, entre outros.

Dados do INEP sobre o Censo Escolar de 2017 publicados de forma resumida no Jornal *Correio do Povo* em primeiro de fevereiro de 2018, apontam que 61,1% das creches no Brasil não têm banheiro adequado; 8,2% das escolas de ensino fundamental não tem vasos sanitários; 45,7% das escolas não tem salas de leitura e bibliotecas e 88,5% das escolas não tem laboratórios. Em relação ao ensino médio o quadro não muda: 10,7% das escolas não tem água da rede pública; 12% sem biblioteca e 54,6% sem laboratório de ciências. Cabe lembrar que esses requisitos são imprescindíveis na infraestrutura escolar. Afora isso, persistem ou mesmo aumentam os problemas de violência social que impedem crianças de acessar a escola ou mesmo de escolas fechadas em razão desse fator.

Dados publicados pela Oxfam³ em seu relatório de 2017 dão conta que no Brasil persistem e vem se agravando novamente, depois de 2015, as desigualdades sociais e econômicas. Dados apontam que no Brasil seis pessoas “possuem **riqueza** equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres”; os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de **renda**⁴ que os demais 95%; o Brasil é o décimo país mais desigual do mundo e o que mais concentra renda no 1% mais rico; 80% da população brasileira vive com uma renda *per capita* inferior a dois salários mínimos mensais.

Dados do Relatório da Oxfam sobre o Brasil (OXFAM, 2017, p. 19) apontam ainda que, entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos se apropriaram de 61% do crescimento econômico, enquanto entre os 50% mais pobres foi de 18%. Neste mesmo período, a

³ Conforme dados extraídos da própria página da organização (<https://www.oxfam.org.br/quem-somos/oxfam-brasil>), foi fundada, em 2014, a Oxfam Brasil que é uma organização sem fins lucrativos e independente, que mantém um conselho deliberativo, um conselho fiscal e uma assembleia geral brasileiros. Ao lado das demais afiliadas e países onde atuam, a Oxfam Brasil faz parte de um movimento global que tem como objetivo construir um futuro sem pobreza, desigualdades e injustiças.

⁴ É importante distinguir renda de riqueza. A riqueza inclui todos os bens que alguém possui e rende refere-se aos recursos auferidos de salários.

concentração de renda no 1% mais rico se manteve estável, no patamar de 22 a 25% (2017, p. 19). Além desses, há dados relevantes sobre desigualdade de renda com base no critério de gênero e de cor, da sonegação de impostos e corrupção. Com base nos mesmos dados, entre as pessoas que recebem até 1,5 salários mínimos, 67% são negros. Cerca de 80% dos negros ganham até dois salários mínimos (OXFAM, 2017, p. 27). O 1% mais rico concentra 48% de toda a riqueza nacional e os 10% mais ricos ficam com 74%76. Por outro lado, 50% da população brasileira mais pobre detém cerca de 3% da riqueza total do País.

Dados da Unicef baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, publicados na Revista CARTA CAPITAL (WELEE, 2018), mostra que milhões de crianças pobres tem seus direitos fundamentais negados. A sistematização da pesquisa classificou as crianças em três categorias:

A primeira categoria é a de crianças que sofrem exclusivamente com a pobreza monetária, ou seja, vivem em domicílios com renda per capita insuficiente para adquirir uma cesta básica. É o caso de cerca de 6 milhões de meninos e meninas (11,2% das crianças), cujas famílias possuem renda per capita inferior a 346 reais por mês na cidade e menor que 269 reais ao mês no campo. Um segundo grupo de 14 milhões de crianças (26,6%) não sofre de pobreza monetária, mas têm um ou mais direitos negados. A terceira categoria engloba 12 milhões de meninas e meninos (23,1%) que vivem com renda insuficiente e também têm um ou mais direitos negados.

A maior privação a que meninos e meninas brasileiros estão submetidos é ao saneamento (13,3 milhões), seguido por educação (8,8 milhões), água (7,6 milhões), informação (6,8 milhões), moradia (5,9 milhões) e trabalho infantil (2,5 milhões) (WELEE, 2018).

Dados como esses impactam em qualquer análise preocupada com uma projeção futura do país. Como enfrentar as contradições expressas nesses dados? Como é possível aceitar as condições de milhões de crianças vivendo sem os direitos básicos atendidos? Que modernidade é essa que exclui milhões?

A pesquisa que estamos desenvolvendo procura dar conta de três dimensões: a produção historiográfica numa perspectiva sociológica crítica; sistematização de dados estatísticos sobre a desigualdade e concentração de renda; implicações para a democracia, a cidadania e uma educação emancipadora. Esse trabalho tem de passar

pela sociologia crítica, especialmente as contribuições de Jessé Souza (2012a; 2012b; 2015; 2016; 2017) e Florestan Fernandes (1975; 1978). Esses autores, entre tantos outros, abordam a formação socioeconômica brasileira e as representações produzidas pela sociologia conservadora de Sérgio Buarque de Holanda (2015), Gilberto Freyre (1987) e Raymundo Faoro (1984; 1989), Roberto Da Matta, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Esses autores analisaram o Brasil, mesmo que com diferentes perspectivas, de pontos de vista que ofuscaram as contradições inerentes à própria formação social, econômica, cultural e política. Nesse sentido, é necessário partir de uma crítica à ideia do “homem cordial” e da “democracia racial”, propugnadas por Holanda e Freyre, respectivamente, para evidenciar que problemas estruturais não foram enfrentados nos momentos de ruptura como na passagem do regime colônia para o Império, assim como com na abolição da escravatura e na proclamação da República ou mesmo com a revolução de 1930. É nesse processo de crítica que os dados estatísticos ajudam a fundamentar a tese que persistem problemas estruturais não foram resolvidos no Brasil e que as políticas educacionais por mais avançadas que sejam não conseguem dar conta.

A pesquisa está evidenciando que as críticas feitas por Souza e Fernandes às interpretações que se tornaram dominantes no Brasil no mundo acadêmico e social escamoteiam elementos importantes da gênese da formação social, política, cultural e econômica. Essa crítica constitui-se num ponto de partida porque ainda hoje é recorrente interpretações que buscam justificar práticas de corrupção a partir das teses de Holanda, Freyre, Faoro, entre outros. A tese do ‘jeitinho brasileiro’ ou de que o público (estatal) é sinônimo de corrupção, ao contrário do mercado, é constantemente reproduzida em diferentes contextos e por diferentes agentes sociais, inclusive gestores públicos.

A crítica a esses pressupostos vem acompanhada de dados que demonstram as desigualdades ainda presentes na sociedade, materializadas de muitas formas. Passa por questões econômicas, mas também pelas desigualdades de gênero e de cor. Várias pesquisas concentram o foco na Abolição escravatura e evidenciam o quanto a classe dominante conservadora se articulou para preservar os privilégios e as desigualdades de renda e riqueza. Nesse contexto, a construção de direitos tem sido uma constante, não sem muitas dificuldades.

No contexto da abertura política, social e econômica no início dos anos de 1980 a pauta dos direitos sociais ganhou forte impulso com a presença marcante de

movimentos e organizações sociais. Parte das reivindicações foi traduzida em direitos e princípios legais na Constituição de 1988 e, no campo da educação, com a LDB de 1996 e em legislações posteriores. No entanto, as desigualdades econômicas e sociais estruturais não foram praticamente atingidas, ou seja, permanecem intocadas. Hoje há fortes indícios de que o Estado democrático de Direito assegurado pela Constituição, corre riscos conforme nos alerta estudos como o de Casara: *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis* (2017).

No campo das políticas públicas implementadas desde o início do governo Lula em 2003 até o impeachment da presidente Dilma em 2016, ocorreram avanços importantes em termos de políticas sociais e educacionais, mas não foram acompanhadas de uma distribuição de renda. A saída da condição de abaixo da pobreza de milhões de brasileiros não ocorreu com a distribuição de riqueza, mas pela mediação do Estado no incremento de políticas sociais, especialmente em programas como o Bolsa família.

A pesquisa vem evidenciando que não há como pensar em mudanças substanciais se as questões apontadas acima não estiverem na pauta de gestores públicos, da mídia e organizações sociais. Esse movimento tem de avançar, também, na constituição de uma nova cultura pautada em pressupostos republicanos. Os ideais republicanos e democráticos, no sentido atribuído por Dewey (1979), como o da possibilidade da vida em comum, tem de ser colocados como horizonte, mas acompanhados das mudanças estruturais necessárias para que as desigualdades não continuem colocando o Brasil entre os primeiros do mundo.

Essas breves reflexões apontam para alguns desafios ao mundo acadêmico. O que foi apresentado aqui é apenas uma breve introdução. Existem muitos outros dados produzidos pelo IBGE, pelo INEP, pelo IPEA, pela Unicef e por outras organizações de pesquisa que ampliam ainda mais esse quadro de desigualdades. A V semana do conhecimento constitui-se num espaço importante para colocar essas e outras questões em pauta visando a “superação das desigualdades”.

Referencias bibliográficas

CASARA, Rubens R. R. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2017.

DEWEY, J. *Democracia e Educação*: introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

ENSINO Fundamental e médio reduzem alunos. *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, p. 9, 01.02.2018.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político-brasileiro. 6.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1984, vol. I.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político-brasileiro. 8.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989, vol. II.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática 1978 (v. I).

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. 27ed. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OXFAM. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_uno.pdf . Acesso em 06 dez./2017.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2.ed. Belo Horizonte: EdUFMG, 2012b.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*: da escravidão à Lava Jato. São Paulo, Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira*: quem é e como vive? 2.ed. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2016.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.

WELEE, Deutsche. Seis em cada dez crianças brasileiras vivem na pobreza, diz Unicef. *Revista Carta Capital*, 14.08.2018. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-em-cada-dez-criancas-brasileiras-vivem-na-pobreza-diz-unicef>. Acesso em 15.8.2018.